

COREIA DO NORTE

ANARQUIA E PODER NUCLEAR

Nuno Santiago de Magalhães*

À REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA (RPDC) NÃO RESTA OUTRA OPÇÃO SENÃO A DE POSSUIR UMA DISSUAÇÃO NUCLEAR FACE À SITUAÇÃO EM QUE A ACTUAL ADMINISTRAÇÃO AMERICANA, HABITUADA A REJEITAR O NOSSO SISTEMA, TEM TENTADO ELIMINAR A RPDC PELA FORÇA, AO MESMO TEMPO QUE A DESIGNA COMO UMA PARTE DO “EIXO DO MAL” E COMO UM ALVO PARA ATAQUES NUCLEARES PREEMPTIVOS.¹

Choe Su Hon, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte

No dia 10 de Fevereiro de 2005 a República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte) admitiu publicamente possuir armas nucleares², confirmando as ameaças proferidas na Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2004³. A Coreia do Norte passou a pertencer ao clube nuclear – Israel, Índia e Paquistão – que rejeita o Tratado de Não-Proliferação⁴ (TNP), segundo o qual apenas existem cinco potências nucleares legais: Estados Unidos da América (EUA), Rússia, Grã-Bretanha, França e China. As atenções viram-se agora para a Coreia do Norte, considerada o Estado mais totalitário e isolado do mundo e um foco de instabilidade regional e proliferação de armas de destruição maciça (ADM). As Six Party Talks têm demonstrado um alcance limitado na resolução do problema nuclear norte-coreano e o desarmamento forçado da Coreia do Norte é uma hipótese com custos demasiado pesados. O programa nuclear de Pyongyang teve uma origem controversa e a sua presente existência representa um perigoso desafio à ordem internacional vigente.

ANARQUIA E PODER

Qualquer análise das relações internacionais que se cinja às estruturas do sistema internacional é necessariamente incompleta. Porém, apesar das várias receitas propostas por uma variedade de incipientes modelos teóricos de relações internacionais, o padrão do comportamento dos estados, conflitual e egoísta, ainda é objectivamente explicado através de teorias que incidem sobre as estruturas do sistema internacional⁵ – anarquia e distribuição de poder⁶ – pelo que o estudo daquele comportamento deve partir de uma base estrutural, ainda que a sua utilização exclusiva somente ofereça resultados parciais. O único processo interestatal cientificamente perceptível que deriva do sistema internacional anárquico é um de interacção competitiva e em auto-ajuda em que as relações entre os estados tendem para o conflito e baseiam-se na distribuição de poder e na pros-

secação dos seus objectivos de modo racional e egoísta, o que limita as possibilidades de uma cooperação contínua entre os mesmos. Os estados mais poderosos dominam o sistema internacional e tendem a procurar a hegemonia sistémica sempre que lhes é possível⁷. As grandes potências rentabilizam a maximização de poder mas no caso de uma pequena potência a estratégia deverá ser a de adaptação à estrutura de poder como forma privilegiada de sobrevivência, pelo que a incompatibilização prolongada entre um pequeno país e uma potência dominante acaba por ser, no mínimo, um cenário muito desconfortável para aquele.

Relativamente ao programa nuclear norte-coreano, este artigo propõe-se analisar as variáveis estruturais que condicionaram e condicionam o comportamento da Coreia do Norte, tendo noção de que constitui uma análise parcelar, ainda que se refira à dimensão fundamental para a compreensão deste caso. Compreender o problema nuclear norte-coreano apenas com base em variáveis internas revela-se insuficiente. A Coreia do Norte não desenvolveu um arsenal nuclear por ser governada por um ditador «maléfico» e «irracional» ou devido à supostamente inerente agressividade dos estados totalitários no sistema internacional⁸. Efectivamente, se a ordem internacional vigente fosse pró-comunista e se a China ocupasse a posição preponderante dos EUA, a Coreia do Norte possivelmente teria um comportamento sistémico funcionalmente idêntico ao da Coreia do Sul, não desenvolvendo armas nucleares e mantendo-se sob a protecção militar de Pequim, ou seja, apesar de ser liderada por Kim Jong-Il e permanecendo um Estado totalitário a Coreia do Norte teria um comportamento completamente diferente do actual⁹. As variáveis internas¹⁰ são obviamente essenciais à compreensão do problema nuclear norte-coreano, mas revelam-se inconclusivas se não se basearem num nível de análise estrutural.

Qual a influência das estruturas do sistema internacional no desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte e qual é a probabilidade de vir a mantê-las no âmbito da actual estrutura de poder? É a esta dupla questão que se procura responder, descrevendo-se sumariamente o processo que conduziu ao desenvolvimento de armas nucleares e questionando até que ponto é provável que a Coreia do Norte abdique, a curto prazo, do seu recém-criado arsenal nuclear.

Este artigo defende a tese de que a Coreia do Norte desenvolveu armas nucleares porque foi condicionada pelas alterações na estrutura de poder do sistema internacional; além disso, defende-se aqui que, no âmbito da actual estrutura de poder – e tendo em conta o comportamento previsível dos EUA e a problemática evolução política da Coreia do Norte –, é muito provável que o arsenal nuclear seja mantido pelo regime de Pyongyang como garantia de sobrevivência.

A ESTABILIDADE BIPOLAR

A Coreia do Norte tornou-se num Estado independente em 1948 com Kim Il-Sung a liderar um regime comunista que evoluiria para um totalitarismo dinástico centrado na

doutrina *juche*¹¹. Ambas as Coreias integraram-se num «estável» sistema global bipolarizado¹² entre os EUA e a União Soviética – ainda que o Nordeste Asiático se tenha multipolarizado gradualmente com a ascensão da China – que se prolongou de 1947 a 1989 (fim da Guerra Fria). As maiores ameaças ao regime de Pyongyang eram os EUA e a Coreia do Sul – uma visão que perdura até à actualidade –, mas a União Soviética garantia a segurança dos norte-coreanos face àqueles países.

Desde a década de 1950 que os norte-coreanos demonstraram interesse em adquirir capacidade nuclear¹³. Em Agosto de 1956 a Coreia do Norte celebrou um acordo com a União Soviética visando o estabelecimento do Instituto Multinacional de Pesquisa Nuclear de Dvuna, na União Soviética, no qual os norte-coreanos participavam; e em 1959 assinou um acordo com a União Soviética sobre o uso pacífico de energia nuclear. Em 1962 foi criado um centro de pesquisa nuclear em Yongbyon¹⁴ e em 1965 foi importado um reactor nuclear da União Soviética, sendo o ciclo de combustível nuclear controlado pelos soviéticos. Em 1974, a Coreia do Norte aderiu à Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e concluiu um acordo de salvaguarda relativo a Yongbyon, colocando o seu reactor nuclear sob inspecção daquela agência.

A União Soviética procurou limitar o desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano, levando a Coreia do Norte a aderir ao TNP em 1985 a troco da assinatura de um acordo em Dezembro de 1985 que previa a construção de quatro reactores atómicos em Shinpo. Em 1986, o reactor número 1 de Yongbyon iniciou a sua actividade após a assinatura de um acordo sobre medidas de segurança com a AIEA – exigível a todos os estados-membros e com implementação nos dezoito meses seguintes – que permitiria a verificação das actividades e instalações nucleares da Coreia do Norte com o objectivo de garantir que se destinavam a fins pacíficos. Todavia, a Coreia do Norte atrasou a implementação total das medidas de segurança exigidas pela AIEA e levantaram-se dúvidas quanto ao reprocessamento do combustível, o que levou à suspensão do acordo com a União Soviética. Entre 1989 e 1991, o programa nuclear norte-coreano continuou a desenvolver-se e aparentemente conseguiu reprocessar plutónio, facto que só em 1992 seria conhecido.

As intenções da Coreia do Norte já existiam desde a década de 1950, mas foram limitadas pelo sistema bipolar e pelo controlo soviético, da mesma forma que os EUA impediram a Coreia do Sul de desenvolver armas nucleares durante a década de 1970. Perante um sistema bipolar estável e previsivelmente duradouro, os norte-coreanos não teriam urgência em desenvolver armas nucleares. A aproximação da União Soviética e da China à Coreia do Sul no final da década de 1980¹⁵, bem como a constatação de que a União Soviética não conseguiria sustentar a sua posição no sistema bipolar – com o fim simbólico da Guerra Fria em 1989 –, alarmaram a Coreia do Norte. Deixavam

AS INTENÇÕES DA COREIA DO NORTE JÁ EXISTIAM DESDE A DÉCADA DE 1950, MAS FORAM LIMITADAS PELO SISTEMA BIPOLAR E PELO CONTROLO SOVIÉTICO, DA MESMA FORMA QUE OS EUA IMPEDIRAM A COREIA DO SUL DE DESENVOLVER ARMAS NUCLEARES DURANTE A DÉCADA DE 1970.

de contar com a protecção soviética e constatavam que o apoio da China era limitado. Naquele momento, o equilíbrio de poder desapareceu da península coreana, beneficiando a Coreia do Sul e obrigando a Coreia do Norte a seguir uma política bicéfala, optando por desanuviar as relações com Washington e Seul¹⁶ ao mesmo tempo que mantinha o discurso político agressivo e desenvolvia o seu programa nuclear.

MULTIPOLARIDADE, CONFRONTO E ENGAGEMENT

O final da Guerra Fria trouxe uma alteração na distribuição de poder: o sistema passou de bipolar a multipolar, com os EUA como Estado mais poderoso¹⁷. O Nordeste Asiático multipolar (EUA, Rússia e China)¹⁸ manteve-se equilibrado por intermédio da presença norte-americana – o *offshore balancer*¹⁹ – que continuou a basear a sua estratégia em alianças bilaterais com o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan. A presença dos EUA, apesar

de criticada por alguns estados locais, contribuiu para a estabilidade regional ao impedir que se caísse num competitivo turbilhão armamentista. Os objectivos dos EUA no Nordeste Asiático passavam por impedir que surgisse uma potência hegemónica regional e pela promoção de uma

A PRESENÇA DOS EUA, APESAR DE CRITICADA POR ALGUNS ESTADOS LOCAIS, CONTRIBUIU PARA A ESTABILIDADE REGIONAL AO IMPEDIR QUE SE CAÍSSE NUM COMPETITIVO TURBILHÃO ARMAMENTISTA.

ordem internacional liberal baseada numa estrutura sistémica de poder em que os norte-americanos ocupavam a principal posição. Estes objectivos mantiveram-se inalterados até à actualidade, mesmo que as estratégias das administrações norte-americanas se tenham diferenciado ao longo do período pós-Guerra Fria, principalmente as de Bill Clinton e George W. Bush.

Neste contexto político e perante o fim da protecção soviética – política e económica – e a diminuição do apoio chinês, a Coreia do Norte viu-se colocada numa situação defensiva e perante um dilema vital: promover a abertura económica essencial à sua subsistência²⁰ ou permanecer fechada para preservar o seu regime político. Os norte-coreanos optaram por uma reduzidíssima abertura económica e política, ao mesmo tempo que procuraram aproximar-se dos EUA²¹. Quanto à relação entre as duas Coreias, conheceu melhoras significativas no início da década de 1990, com ambos os países a optarem por uma posição menos agressiva²². A estratégia de desanuviamento iniciada pelo presidente sul-coreano Roh Tae-Woo em 1988²³ e os encontros ministeriais intercóreanos deram frutos. A 13 de Dezembro de 1991 foi assinado o Acordo para a Reconciliação, Não-Agressão, Intercâmbio e Cooperação²⁴ (*Basic Agreement*) e a 20 de Janeiro de 1992 a Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana²⁵ (*Joint Declaration*). Em Janeiro de 1992, a Coreia do Norte acabou por assinar o acordo de garantias nucleares com a AIEA, prometido em 1985.

À medida que as dificuldades económicas do regime de Pyongyang aumentavam, assim como o espectro da queda do regime, o seu comportamento começou a alterar-se nova-

mente. No Verão de 1992, as inspeções da AIEA concluíram que Pyongyang poderia ter reprocessado plutônio suficiente para uma ou duas bombas nucleares, uma descoberta que desestabilizou o clima de desanuviamento. A execução das disposições da *Joint Declaration* foi sendo adiada e em finais de 1992 os EUA e a Coreia do Sul agendaram o seu exercício militar conjunto para 1993. Estes aliados expressavam assim a sua preocupação face à Coreia do Norte, já que este exercício, uma iniciativa anual desde 1976, havia sido cancelado em 1992 para promover a cooperação norte-coreana relativamente às inspeções ao seu programa nuclear. Pyongyang reagiu. Em Janeiro de 1993 bloqueou uma inspeção da AIEA e em Março do mesmo ano ameaçou retirar-se do TNP. Defendia que os fins do seu programa eram pacíficos. Esta atitude foi acompanhada por um discurso agressivo contra Washington e Seul. Vinha à superfície a fragilidade dos progressos alcançados com o *Basic Agreement* e a *Joint Declaration*.

Os anos de 1993 e 1994 foram de grande instabilidade na península coreana, com a tensão a atingir o seu pico na Primavera de 1994. Nessa altura, aproveitando as graves carências energéticas de Pyongyang, os EUA decidiram que seria vantajoso apaziguar os norte-coreanos e «comprar» o congelamento do seu programa nuclear através de incentivos específicos. Em Junho de 1994, o ex-Presidente Jimmy Carter viajou para Pyongyang e os norte-coreanos aceitaram negociar. A 21 de Outubro de 1994 foi assinado o Acordo de Genebra (*Agreed Framework*) entre a Coreia do Norte e os EUA, um entendimento que convinha a ambos os países devido às circunstâncias de então. A Coreia do Norte encontrava-se órfã de Kim Il-Sung desde Julho de 1994 e neste diferendo não contava com o apoio da China, que havia sido pressionada pelos EUA desde 1993 – relativamente ao comércio e direitos humanos – a não apoiar os norte-coreanos. Quanto à liberal e multilateralista Administração Clinton, optou por uma estratégia de apaziguamento para tentar integrar a Coreia do Norte na ordem internacional e promover a sua abertura através de concessões calculadas. Clinton agiu desse modo porque procurou afastar o espectro de um conflito devastador na península, ao mesmo tempo que esperava estimular o processo de reforma do regime norte-coreano, na sequência da crise que os regimes comunistas atravessavam no início da década de 1990. Uma intervenção militar não teria sido profícua devido à capacidade dissuasora do exército norte-coreano²⁶ e enfrentava a oposição dos seus aliados na região, principalmente de Seul. Além disso, estava iminente a prioritária renovação do TNP – expirava em 1995 – e os norte-americanos mostravam-se receosos que um conflito entre uma potência nuclear e uma potência não-nuclear arruinasse as negociações e o contestado regime internacional de não-proliferação nuclear²⁷.

O *Agreed Framework* de 1994 previa que a Coreia do Norte congelasse o seu programa nuclear e aceitasse as inspeções da AIEA, cooperasse com os EUA para manter uma península coreana desnuclearizada e salvaguardasse o regime internacional de não-proliferação nuclear, não se retirando do TNP. Em troca, a Coreia do Norte recebeu a promessa de construção de dois reactores de água-leve até 2003; os norte-americanos

comprometeram-se a fornecer anualmente 500 mil toneladas de combustível até que o primeiro reactor fosse construído; bem como garantir formalmente que não ameaçariam usar ou usariam armas nucleares contra a Coreia do Norte; e ambos os países concordaram em avançar para a normalização das relações políticas e económicas²⁸. A Coreia do Norte congelava o programa nuclear enquanto Washington a «incentivasse» nesse sentido, mantendo a sua dupla agenda de procura de segurança e assistência económica²⁹. No início de 1995 os EUA reduziram as sanções económicas contra a Coreia do Norte³⁰ e Pyongyang congelou o programa nuclear e sujeitou-o a inspecções internacionais.

Todavia, verificou-se que era difícil implementar com sucesso o acordo de 1994, sendo vários os factores óbvios que para isso contribuíram: a retórica agressiva dos EUA, que procuravam desvanecer imagens de cedência³¹ e continuavam a referir-se à Coreia do Norte como *rogue state*³²; os problemas que Washington enfrentou em cumprir o acordo; a política de afrontamento seguida pela Coreia do Sul; e, principalmente, o comportamento – oficial e não-oficial – do regime de Pyongyang.

Clinton teve de lidar com a oposição republicana ao acordo³³ – os republicanos controlaram o Congresso desde 1994 – e com as dificuldades de financiamento e atrasos na implementação do *Agreed Framework*. Por seu lado, a Coreia do Sul retomou um discurso agressivo, referindo-se ao colapso iminente de Pyongyang e à absorção do Norte pelo Sul. Entretanto, mercê da grave situação económica que a Coreia do Norte viveu a partir da década de 1990 devido às suas inadequadas estruturas e à necessidade imperiosa de obter divisas estrangeiras, o regime de Pyongyang entregou-se definitivamente a uma série de actividades ilícitas que variavam entre o contrabando, o narcotráfico e a venda de armamento. Os norte-coreanos desenvolviam e vendiam mísseis³⁴ e tecnologia derivada com os objectivos de aumentar a sua capacidade de fogo, diminuir as despesas com armamento convencional e obter divisas estrangeiras³⁵. Para piorar a situação, em Agosto de 1998 circularam notícias nos EUA que davam conta de que em Kumchang-ri existiam instalações nucleares subterrâneas. Como resposta a esta notícia e à pressão exercida pelo congresso norte-americano para o estabelecimento de um sistema de defesa antimíssil para fazer face a países como a Coreia do Norte, os norte-coreanos efectuaram no final de Agosto de 1998 testes com um míssil de longo alcance que sobrevoou o Japão³⁶.

Ainda convencidos de que podiam lucrar mais com o acordo de 1994 do que com uma situação conflitual, o ambiente entre os dois países desanuviou em 1999. William Perry, o secretário de Defesa norte-americano, visitou Pyongyang em Maio de 1999 e entregou uma proposta de desarmamento³⁷, tendo uma equipa de inspectores sido convidada a visitar Kumchang-ri e concluído que não existiam instalações nucleares. O relatório optimista e conciliador de Perry parecia coroar a estratégia de Clinton, refutando visões pessimistas quanto a uma mudança de comportamento de Pyongyang³⁸. Em Setembro de 1999, após um encontro em Berlim com os EUA, a Coreia do Norte prometeu congelar o seu programa de testes de mísseis de longo alcance em troca de uma redução das

sanções norte-americanas. Em Dezembro desse ano foi assinado um contrato para o fornecimento de dois reactores nucleares de água-leve à Coreia do Norte.

Para além do desanuiamento das tensões entre Pyongyang e Washington, verificou-se uma aproximação entre as duas Coreias – para a qual contribuiu a conciliadora *sunshine policy* prosseguida pelo Presidente sul-coreano Kim Dae-Jung desde 1998³⁹ – que conduziu à histórica cimeira intercoreana realizada em Pyongyang entre 13 e 15 de Junho de 2000⁴⁰.

Infelizmente, esta estabilidade era ilusória. O regime de Pyongyang, além de ser politicamente inaceitável para Washington, mantinha-se um centro de proliferação de armamento e de outras actividades ilegais, essenciais à sua economia. Aliás, a necessidade de capital terá sido a principal razão que levou Pyongyang a aceitar aproximar-se de Seul em 2000. A Coreia do Sul podia estar disposta a ignorar a política de exportação de armas de Pyongyang mas os EUA não estavam – principalmente os republicanos –, já que os parceiros comerciais da Coreia do Norte incluíam supostamente países como a Líbia, Irão, Síria, Iraque e o Paquistão⁴¹, um cenário de proliferação que após o 11 de Setembro de 2001 se tornaria ainda mais preocupante para Washington. A oposição no seio do congresso norte-americano às actividades do regime de Pyongyang e à sua índole política travaram a concretização atempada do contrato de Dezembro de 1999. Em Julho de 2000, perante as insuficiências energéticas e procurando pressionar os EUA a cumprir o acordado, a Coreia do Norte ameaçou reiniciar o seu programa nuclear.

A Coreia do Norte podia ter desenvolvido armas nucleares antes de 2000⁴² mas adiou esse processo, procurando obter benefícios com a política de *engagement* seguida pela Administração Clinton, na medida em que esta estratégia não constituía um perigo imediato para Pyongyang. Mas isto não significava que a Coreia do Norte se sentisse segura e abdicasse definitivamente do seu programa nuclear. Pyongyang sentir-se-ia ameaçada de modo permanente enquanto o seu regime permanecesse incompatível com a ordem liberal promovida pelos EUA – independentemente de o nível de ameaça poder variar consoante a estratégia norte-

A COREIA DO NORTE PODIA TER DESENVOLVIDO
ARMAS NUCLEARES ANTES DE 2000 MAS ADIOU
ESSE PROCESSO, PROCURANDO OBTER
BENEFÍCIOS COM A POLÍTICA DE *ENGAGEMENT*
SEGUIDA PELA ADMINISTRAÇÃO CLINTON.

-americana –, sendo que neste contexto a estratégia de Clinton nunca deixaria de ter uma mera capacidade de adiar algo que dificilmente seria evitável devido à referida incompatibilidade. O programa nuclear podia ter sido adiado através de contrapartidas financeiras mas dificilmente desapareceria definitivamente sem que se desse uma redefinição profunda das relações políticas entre ambos os países que garantisse a segurança do regime de Pyongyang, algo impraticável na altura e actualmente. Por outro lado, a acção política dos republicanos, que defendiam a contenção e pressão sobre Pyongyang, dificultou o cumprimento do *Agreed Framework* e prejudicou a já limitada estratégia de Clinton. Feitas as contas, Clinton havia adiado um problema mas não o tinha resolvido e os

diversos obstáculos à implementação do acordo apenas aceleraram o seu previsível insucesso. Ainda que este acordo tivesse sido implementado na perfeição, enquanto se mantivesse a incompatibilidade política entre Washington e Pyongyang existiriam sempre condições de ruptura. Teoricamente, como pequena potência a Coreia do Norte deveria ter-se adaptado à estrutura de poder. Atempadamente referiremos porque não o fez, minando o *Agreed Framework* e criando condições para que os EUA alterassem a sua estratégia face a Pyongyang quando ocorresse uma mudança política em Washington. Essa alteração chegou com George W. Bush.

O «EIXO DO MAL» E A RUPTURA

A política externa da Administração Bush baseou-se numa retórica neoconservadora, marcadamente unilateralista e defendendo agressivamente a expansão dos valores políticos norte-americanos, nomeadamente a democracia. Bush abdicou da estratégia de Clinton, adoptando uma política mais severa em relação a Pyongyang⁴³. No início de 2001, Bush suspendeu as conversações com Pyongyang e anunciou rever a política norte-americana para a Coreia do Norte. Ao longo dos meses seguintes a tensão entre os dois países aumentou: a construção dos reactores e o levantamento das sanções económicas continuavam atrasados; a Coreia do Norte permaneceu na lista de países que patrocinavam o terrorismo – por auxiliar o Exército Vermelho Japonês e vender armas a grupos terroristas filipinos –, bloqueando o acesso dos norte-coreanos às instituições financeiras internacionais; e a estratégia de defesa antimíssil norte-americana levou os norte-coreanos a ameaçarem rever o seu compromisso de 1999 relativo ao programa de mísseis.

Em Junho de 2001 a Administração Bush anunciou reatar os contactos com Pyongyang com base numa agenda mais alargada do que o problema nuclear, incluindo limites ao programa de mísseis e à sua exportação e a questão das forças convencionais⁴⁴. Além disso, colocou em cima da mesa os assuntos humanitários e os direitos humanos, uma tendência mais tarde confirmada pelo *North Korean Human Rights Act* de 2004⁴⁵. Era sinal de que Bush pressionaria fortemente o regime de Pyongyang, ao contrário de Clinton, que não só não pressionou demasiado o regime em si como privilegiou os incentivos económicos como mecanismo para impedir que a Coreia do Norte se tornasse numa potência nuclear. Após o 11 de Setembro de 2001 esta pressão iria aumentar, sendo que face à dureza da política norte-americana o desenvolvimento de armas nucleares tornou-se mais urgente do que nunca para a Coreia do Norte.

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 não vieram alterar a distribuição sistémica de poder, mas provocaram uma mudança estratégica por parte dos EUA. A Administração Bush apercebeu-se de que os grupos terroristas e o seu acesso a ADM representavam a ameaça mais premente à segurança nacional norte-americana. O combate ao terrorismo e à proliferação de ADM passou a estar no topo da estratégia norte-americana. A perseguição aos grupos terroristas foi complementada por uma

campanha contra os estados que supostamente apoiavam esses grupos e promoviam a proliferação de ADM. Aquando do Discurso do Estado da União proferido por Bush a 29 de Janeiro de 2002, os EUA apontaram o dedo à Coreia do Norte, ao Irão e ao Iraque, catalogando-os como o «Eixo do Mal»⁴⁶. A Estratégia de Segurança Nacional (ESN) de Setembro de 2002 – que incluía a luta contra o terrorismo e proliferação de ADM, a defesa de acções preemptivas e o apoio à democratização de países não-liberais – catalogou a Coreia do Norte como um *rogue regime*, o maior responsável pela proliferação de mísseis balísticos e como um país que se encontrava a desenvolver ADM⁴⁷.

Em Outubro de 2002, quando James Kelly – enviado especial de Bush – se deslocou à Coreia do Norte para conversações com as autoridades de Pyongyang, foi-lhe dito por um oficial norte-coreano que o país tinha desenvolvido um programa de enriquecimento de urânio, violando a *Joint Declaration* de 1992 e o *Agreed Framework* de 1994. A Coreia do Norte utilizou o trunfo nuclear para procurar arrancar um tratado de não-agressão aos EUA⁴⁸. Não o conseguiu. No final de 2002, o envio de combustível para a Coreia do Norte foi suspenso até que a questão nuclear estivesse resolvida. Reagindo, Pyongyang expulsou os inspectores da AIEA, retirou-se do TNP a 10 de Janeiro de 2003 e, em meados desse ano, reconheceu ter reprocessado combustível nuclear e ter obtido plutónio, com o qual iria construir uma capacidade de dissuasão nuclear. A estratégia norte-americana de oposição ao «eixo do mal», materializada na invasão do Iraque em Março de 2003, reflectiu-se na política nuclear norte-coreana e levou Pyongyang a apressar o desenvolvimento de armas nucleares para impedir que algo semelhante lhe acontecesse. Para os norte-

coreanos, a estratégia norte-americana conciliada com o medo de serem invadidos ou sofrer um ataque nuclear⁴⁹ tornaram aquela opção inevitável. Apesar de os EUA reafirmarem que não desejavam atacar a Coreia do Norte⁵⁰, a verdade é que a estratégia de Washington incluía a mudança de

regime de estados como o norte-coreano e a sua capacidade comercial encontrava-se limitada pela sua retórica maniqueísta. Além disso, face ao relativo isolamento internacional, as armas nucleares ofereciam a Pyongyang um trunfo através do qual poderiam «convencer» os países vizinhos a auxiliar economicamente a Coreia do Norte.

Dado o fracasso definitivo dos contactos bilaterais e do *Agreed Framework*, no início de 2003 os EUA propuseram iniciar conversações multilaterais em torno da questão nuclear norte-coreana⁵¹. Adoptou-se uma forma multilateral de reuniões entre a Coreia do Norte, os EUA e os países vizinhos: primeiro foram as *Three Party Talks* entre a Coreia do Norte, os EUA e a China (Abril de 2003), que depois se alargaram às *Six Party Talks* (Agosto de 2003) entre a Coreia do Norte, os EUA, a China, a Coreia do Sul, o Japão e a Rússia. Face à inexistência de instituições de segurança regional, mais apropriadas para

APESAR DE OS EUA REAFIRMAREM QUE NÃO DESEJAVAM ATACAR A COREIA DO NORTE, A VERDADE É QUE A ESTRATÉGIA DE WASHINGTON INCLUÍA A MUDANÇA DE REGIME DE ESTADOS COMO O NORTE-COREANO E A SUA CAPACIDADE NEGOCIAL ENCONTRAVA-SE LIMITADA PELA SUA RETÓRICA MANIQUEÍSTA.

lidarem com casos como o da Coreia do Norte nuclear⁵², as *Six Party Talks* têm servido como arena negocial entre as partes. Os encontros ocorreram em Agosto de 2003, Fevereiro de 2004, Junho de 2004, Julho-Setembro de 2005 e Novembro de 2005. Contudo, as *Six Party Talks* não impediram que a Coreia do Norte adquirisse um arsenal nuclear. Em Agosto de 2004, Pyongyang propôs congelar o seu programa nuclear em troca de ajuda económica, do fim das sanções impostas pelos EUA e da retirada da Coreia do Norte da lista de estados que patrocinam o terrorismo. Esta proposta foi rejeitada pelos norte-americanos. Aumentando a parada, a Coreia do Norte recusou-se a comparecer a mais *Six Party Talks*, prosseguiu com a retórica nuclear e anunciou a 10 de Fevereiro de 2005 possuir armas nucleares⁵³ como meio de legítima defesa face à possibilidade de os EUA invadirem o seu território.

Não obstante o seu contributo limitado as *Six Party Talks* mantiveram-se, com encontros a decorrerem em Julho-Setembro e Novembro de 2005. A Coreia do Norte voltou à mesa de negociações para obter os dividendos da sua estratégia nuclear. Estes encontros têm sido úteis em manter as vias de diálogo abertas e em evitar que as relações entre os intervenientes descarrilem, mas não podem ultrapassar os obstáculos estruturais que dificultam a resolução da equação nuclear norte-coreana. Ainda assim, após o quarto encontro das conversações foi assinada a Declaração de 19 de Setembro de 2005⁵⁴ (*Joint Statement*), na qual a Coreia do Norte se comprometeu a abandonar as armas e programa nucleares e a retornar ao TNP e à *Joint Declaration*, e reafirmou o seu direito ao uso pacífico de energia nuclear. O preço? Garantias de segurança e auxílio económico. Os EUA declararam não ter intenções de atacar a Coreia do Norte com armas nucleares ou convencionais, não possuir armas nucleares na península coreana e aceitaram promover, em conjunto com Pyongyang, uma relação pacífica e de respeito pela soberania de ambos, assim como a normalização das relações entre ambos os países; a Coreia do Sul afirmou não possuir armas nucleares, comprometeu-se a não as receber ou vir a possuí-las, e a fornecer energia eléctrica ao Norte; o Japão comprometeu-se com a Coreia do Norte a prosseguir a normalização das suas relações; os EUA, a China, a Coreia do Sul, a Rússia e o Japão afirmaram a sua disponibilidade em providenciar assistência energética a Pyongyang e a discutir num momento adequado o fornecimento de um reactor de água-leve; e todas as partes sublinharam a sua intenção de promoverem a cooperação bilateral e multilateral nos campos da energia, do comércio e do investimento. Todas as partes reafirmaram os objectivos de desnuclearizar de modo verificável e pacífico a península coreana e de promover a paz e a estabilidade no Nordeste Asiático.

Porém, esta declaração está longe de se concretizar, com as dificuldades a surgirem imediatamente. No dia seguinte, a Coreia do Norte afirmou que só desmantelaria o seu arsenal nuclear e regressaria ao TNP quando lhe fosse fornecido um reactor de água-leve. Imunes face às promessas norte-coreanas, os EUA não aceitaram esta exigência: primeiro querem o desmantelamento do arsenal norte-coreano e só depois se iniciam as concessões. As conversações de Novembro de 2005 não desbloquearam as posições con-

trárias de Pyongyang e Washington. O reatar destes encontros, previsto para o início de 2006, tem sido adiado devido à turbulenta relação entre os EUA e a Coreia do Norte, especialmente nos seguintes pontos: as actividades ilícitas de Pyongyang⁵⁵ e os recentes testes com mísseis; as sanções norte-americanas; e os exercícios militares conjuntos entre Washington e Seul. Em Abril de 2006, uma conferência em Tóquio juntou representantes dos países envolvidos nas *Six Party Talks* com o objectivo de discutir o reatamento das negociações, sendo que o insucesso da iniciativa espelha as graves dificuldades que o processo enfrenta⁵⁶. As disposições da *Joint Statement* não fazem desaparecer o cerne do problema: o regime de Pyongyang é incompatível com a ordem internacional sustentada pela estrutura sistémica de poder em que os EUA são preponderantes, pelo que permanece inseguro, principalmente perante uma política norte-americana mais agressiva.

Antes de se analisarem as possibilidades de se conseguir desarmar uma Coreia do Norte nuclear, cumpre aqui examinar os perigos imediatos que essa capacidade representa.

PERIGOS DO NORTE NUCLEAR

O perigo imediato do poder nuclear norte-coreano não reside num confronto entre a Coreia do Norte e os EUA ou os seus aliados regionais, mas na proliferação nuclear. Pyongyang representa essencialmente uma ameaça para o regime de não-proliferação nuclear, já fragilizado por violações às suas disposições e pela dualidade de critérios utilizada pelos seus principais defensores, como se verifica na posição dos EUA face a Israel e, recentemente, à Índia.

Do debate teórico em torno das consequências que as armas nucleares acarretam para a estabilidade sistémica emergiram variá-

veis que expõem os limites da exclusiva aplicação do princípio da racionalidade à interacção entre estados nucleares⁵⁷. Porém, a racionalidade deve continuar a determinar a formulação de cenários políticos e militares envolvendo directamente unidades nucleares. As armas nucleares têm actualmente um valor defensivo e não ofensivo: são um factor de *deterrence*. Nem a Coreia do Norte atacará o Sul ou os EUA sob pena de ser volatilizada, nem os norte-americanos procurarão desarmar Pyongyang através de uma acção militar. Os custos de uma intervenção militar contra Pyongyang excedem (presentemente) os benefícios, pelo que é altamente improvável que o desarmamento nuclear da Coreia do Norte seja militarmente imposto pelos EUA e aliados. A Coreia do Norte, mesmo nuclear, pode ser contida pelo poder norte-americano sem que seja necessário um devastador conflito na península coreana.

O verdadeiro perigo imediato do programa nuclear da Coreia do Norte reside numa ameaça ao regime internacional de não-proliferação nuclear, que se verifica a um nível estatal e subestatal. Ao nível estatal conduz a uma ameaça directa de proliferação, em

O PERIGO IMEDIATO DO PODER NUCLEAR NORTE-COREANO NÃO RESIDE NUM CONFRONTO ENTRE A COREIA DO NORTE E OS EUA OU OS SEUS ALIADOS REGIONAIS, MAS NA PROLIFERAÇÃO NUCLEAR.

que a Coreia do Norte exporte a sua tecnologia nuclear para outros países e a uma ameaça indirecta, entendida aqui como o agudizar do dilema de segurança provocado pela capacidade nuclear norte-coreana em relação a terceiros⁵⁸. Efectivamente, existe um risco evidente de corrida regional ao armamento e eventual nuclearização da Coreia do Sul e do Japão, algo que só os EUA podem ir evitando através da sua presença militar na região, o que não constitui uma variável permanente. Ao nível subestatal existe a possibilidade de a Coreia do Norte fornecer a sua tecnologia a grupos terroristas ou outras entidades internas aos estados que tenham intenções ou responsabilidade duvidosas. Assim, a urgência em desarmar a Coreia do Norte reside no facto de o seu programa constituir uma ameaça imediata à proliferação nuclear, estatal e não-estatal.

DESARMAR A COREIA DO NORTE

Já se constatou que uma intervenção militar contra Pyongyang não é viável, pelo que actualmente resta uma hipotética opção para desarmar a Coreia do Norte: a negociação através das Six Party Talks. Assim, a questão que se coloca é a seguinte: a curto prazo, e no âmbito destas negociações, é credível supor que a Coreia do Norte será «pacificamente» coagida a abandonar a capacidade nuclear ou convencida de que os custos do poder nuclear superam os benefícios, no âmbito da actual estrutura de poder⁵⁹? A resposta parece ser negativa.

Os objectivos da política externa de Pyongyang parecem ser basicamente dois⁶⁰: em primeiro lugar, pretende garantias de segurança dentro da actual estrutura de poder, ou seja, a garantia dada pelos EUA de que não atacarão a Coreia do Norte e respeitarão a sua soberania, sem pressões sobre o regime político, o que em último caso corresponde à normalização das relações entre os dois países ou, no mínimo, a um tratado bilateral de não-agressão; em segundo lugar, obter as condições económicas necessárias à sua sobrevivência, sem alterações significativas no poder político. Ora, nas actuais circunstâncias, as armas nucleares cobrem satisfatoriamente essas pretensões visto que impedem um ataque militar inimigo e permitem chantagear os países vizinhos em busca de benefícios económicos. Para abdicar dessas armas nucleares, Pyongyang precisaria de garantir a segurança do seu regime e de continuar a receber incentivos económicos. Sendo os EUA a potência preponderante na estrutura de poder do sistema internacional, só os norte-americanos podem assegurar a segurança do regime de Pyongyang. Caso Washington aceitasse normalizar as suas relações com o regime de Pyongyang, a Coreia do Norte veria diminuído o seu dilema de segurança e poderia aquiescer em abdicar definitivamente das suas armas nucleares, já que não sendo uma grande potência veria os benefícios superiorizarem-se aos custos se optasse por renunciar às armas nucleares, como aconteceu com a África do Sul e com o programa nuclear da Líbia⁶¹. Ao mesmo tempo, Washington poderia garantir a viabilização económica da Coreia do Norte, auxiliando financeiramente o país e incentivando o investimento directo estrangeiro, ao contrário do que faz actualmente. Todavia, a concretização destas hipóteses é muito remota. Enquanto o regime não se reformar, os EUA deverão manter uma política hostil.

A posição dos EUA quanto à implementação da Joint Statement de 19 de Setembro de 2005 deve manter-se, não fazendo concessões antes do desmantelamento do arsenal nuclear norte-coreano. Por outro lado, mesmo que os EUA garantam formalmente não atacar a Coreia do Norte, o regime de Pyongyang deverá continuar a sentir-se pressionado pelos próprios objectivos da política externa norte-americana. Em Março de 2006, os EUA lançaram a nova ESN⁶². Neste documento, na senda da ESN de 2002, os EUA promovem: o combate ao terrorismo e proliferação de ADM, a defesa preemptiva, a promoção dos ideais democráticos e o combate às tiranias. A Coreia do Norte está incluída num grupo de países – Irão, Síria, Cuba, Bielorrússia, Birmânia e Zimbabué – denominados regimes tiranos. Além disso, o documento refere-se a Pyongyang como um sério desafio em termos de proliferação de ADM e como tendo um historial de má-fé em negociações passadas, assegurando o desejo de os EUA continuarem comprometidos a pressionarem Pyongyang a cumprir o acordado nas Six Party Talks, ao mesmo tempo que se arrogam o direito de defender a sua segurança nacional e económica. Os EUA criticam ainda as actividades ilegais da Coreia do Norte – entrega-se à falsificação de moeda, pratica o narcotráfico, ameaça os vizinhos com os seus mísseis e brutaliza a sua população – defendendo que Pyongyang tem de modificar o seu comportamento, abrir o seu sistema político e conceder liberdade às pessoas. Logo, a natureza e o comportamento do regime de Pyongyang são incompatíveis com a presente estratégia americana de promoção da «paz democrática», combate ao terrorismo e não-proliferação de armas nucleares. Como é improvável que o regime de Pyongyang se reforme com a profundidade e rapidez requeridas pela Administração Bush, prevê-se que a pressão dos EUA se mantenha e Pyongyang não obtenha as garantias de segurança que procura.

Já que os norte-americanos não oferecem garantias satisfatórias de segurança a Pyongyang, podem os norte-coreanos contrabalançar o peso dos EUA através dos aliados chineses? Não. A China não oferece aos norte-coreanos garantias concretas de apoio militar em caso de conflito entre a Coreia do Norte e os EUA. Por muito que os chineses pudessem contestar politicamente um eventual ataque

a Pyongyang, uma guerra sino-americana pela Coreia do Norte seria pouco provável, dado que a relação de poder entre a China e os EUA pende indiscutivelmente para o lado norte-americano. Por outro lado, quanto à

POR MUITO QUE OS CHINESES PUDESSEM
CONTESTAR POLITICAMENTE UM EVENTUAL ATAQUE
A PYONGYANG, UMA GUERRA SINO-AMERICANA
PELA COREIA DO NORTE SERIA POUCO PROVÁVEL.

possibilidade de Pequim coagir Pyongyang a abandonar as armas nucleares, não é de supor que o faça. É um facto que a debilitada economia da Coreia do Norte tem-se tornado cada vez mais dependente da China⁶³ e que os chineses poderiam pressionar Pyongyang a abdicar do armamento nuclear. Mas não parece que o façam. Decerto que uma Coreia do Norte nuclear não terá agradado à China⁶⁴, principalmente nesta fase em que a China se concentra no seu crescimento económico e não procura confrontar os EUA. Contudo, a China não tem qualquer interesse em perder um aliado regional ou em auxiliar determinadamente os

EUA a resolverem esta delicada questão⁶⁵. Além disso, ao ser uma figura central nas Six Party Talks, a China protege-se de uma eventual pressão dos EUA, semelhante ao período de 1993-1994. Consequentemente, os chineses deverão manter o seu papel mediador, procurando proteger Pyongyang sem afrontar os EUA, que permanecerão atentos a eventuais pretensões expansionistas da China, o único país da região com capacidade para se tornar numa potência hegemónica a médio prazo, caso mantenha o actual crescimento económico e permaneça politicamente consolidada.

Quanto aos restantes estados representados nas Six Party Talks, têm possibilidades bastante reduzidas de sossegar o regime de Kim Jong-Il quanto à sua sobrevivência. A Rússia – o único Estado com capacidade para contrabalançar o poder militar norte-americano – mesmo mantendo um razoável relacionamento com Pyongyang⁶⁶, discorda da sua política nuclear e está longe de desejar defender os norte-coreanos contra os EUA. Os incentivos económicos da Coreia do Sul e do Japão não garantem a segurança do regime norte-coreano, apesar da importância de Seul como mediador na relação entre Pyongyang e Washington⁶⁷.

No âmbito das condicionantes expostas, prevê-se que o futuro próximo das negociações do desarmamento nuclear da Coreia do Norte – no âmbito das Six Party Talks – passe fundamentalmente por avanços e recuos pouco substanciais que girem em torno das relações entre a Coreia do Norte e os EUA, mantendo-se as dificuldades de implementação da Joint Statement. Ambos os países sabem que a sua agenda actual é incompatível e ambos mantêm a esperança de que os seus objectivos se concretizem progressivamente, procurando evitar uma perigosa colisão directa. A Coreia do Norte, jogando com a relação entre os EUA, a China e a Rússia, procurará viabilizar economicamente o seu país, cedendo a determinadas exigências que lhe serão feitas mas procurando manter uma capacidade de *deterrence* relativamente aos EUA – não abdicando definitivamente do seu arsenal nuclear mas não afrontando directamente Washington com testes nucleares ou venda de armamento nuclear⁶⁸ – ao mesmo tempo que promoverá a reforma limitada do seu regime político procurando ser legitimada internacionalmente sem ser absorvida por Seul.

Os EUA deverão manter a pressão sobre Pyongyang – essencialmente a nível económico e político – apoiados pela Coreia do Sul e pelo Japão, ainda que os sul-coreanos tenham vindo a optar por uma estratégia conciliadora desde 1998 até à presente administração de Roh Moo-Hyun, chocando com determinadas posições mais duras dos norte-americanos. Washington procurará controlar um inimigo que não pode atacar directamente e impedi-lo de prosseguir as suas actividades ilícitas, principalmente a proliferação de mísseis e ADM. Enquanto o fazem, evitando uma escalada militar e mantendo o afastamento quanto a um entendimento bilateral, os norte-americanos têm esperança que ocorra uma mudança de regime em Pyongyang. É uma estratégia que deverá ser mantida pela Administração Bush, mesmo que alguns defendam que uma política de incentivos semelhante à de Clinton é a única solução para o problema norte-coreano⁶⁹, face à moro-

sidade das eventuais transformações políticas em Pyongyang e ao perigo que este regime representa ao nível da proliferação de ADM. Apesar de o futuro de Pyongyang permanecer difícil de discernir, estamos perante uma incompatibilização agente-estrutura propensa a continuar.

O FUTURO DE PYONGYANG

A evolução política e económica da Coreia do Norte⁷⁰ parece passar basicamente por três cenários principais: o colapso do regime, o *status quo* e a reforma à imagem da China (ou Vietname). O colapso é um cenário pouco provável nesta altura, estando-se longe da dramática situação vivida em meados da década de 1990 causada pelo desaparecimento de Kim Il-Sung e pelas dificuldades económicas. Neste momento, o regime de Pyongyang parece encontrar-se razoavelmente consolidado e as armas nucleares oferecem-lhe a garantia de que não será política ou economicamente ignorado pelos países da região e pelos EUA. Em termos de segurança ninguém quer colocar uma Coreia do Norte nuclear à beira do precipício, ao passo que a China não pretende perder um aliado. Política e economicamente, Seul, Pequim e Tóquio também não estão preparados para as consequências daquele colapso. A principal consequência seria a reunificação coreana, que mesmo sendo favoravelmente aceite a nível oficial pelos países da região e pelos EUA, é um processo que desagrada à maioria destas chancelarias se a sua concretização ocorrer a curto prazo.

No que concerne o *status quo*, parece ser igualmente um cenário a descartar. A viabilização da economia norte-coreana é essencial à subsistência do país e a sua abertura é uma necessidade – visível em algumas medidas reformadoras tomadas durante a década de 1990 – mesmo que este processo seja condicionado pela sua relação com os EUA⁷¹.

Ao nível político, as pressões externas para que se promovam reformas começam a ser insuportáveis, mesmo que Pyongyang tenha agora uma capacidade nuclear dissuasora.

AO NÍVEL POLÍTICO, AS PRESSÕES EXTERNAS PARA QUE SE PROMOVAM REFORMAS COMEÇAM A SER INSUPORTÁVEIS, MESMO QUE PYONGYANG TENHA AGORA UMA CAPACIDADE NUCLEAR DISSUASORA.

Portanto, a reforma, à imagem da China, parece ser o cenário previsível: abertura económica faseada conjugada com o controlo político do regime comunista, não obstante Kim Jong-Il ter referido em 2000 que a abertura económica chinesa era um cavalo de Tróia que visava desestabilizar o socialismo⁷². Alcançada essa reforma, mesmo que o regime não se integrasse plenamente na ordem internacional promovida por Washington – à imagem da China – o nível de incompatibilidade diminuiria e a legitimidade de Pyongyang aumentaria. Todavia, a missão dos norte-coreanos afigura-se mais problemática do que a chinesa. A Coreia do Norte não possui uma identidade nacional como a China, que tem contribuído determinantemente para a coexistência entre um regime político autoritário e uma economia aberta. No caso das Coreias a identidade nacional nunca se perdeu. A divisão da península é político-

-ideológica e não étnico-nacional, pelo que se o presente regime norte-coreano deseja continuar a existir não pode promover uma reforma do regime tão profunda que aproxime irremediavelmente Pyongyang de Seul, tornando imparável o processo de absorção do Norte pelo Sul, pelo menos nas actuais condições sistémicas. Este factor, em conjunto com os objectivos ideológicos e particulares da elite governativa norte-coreana, explica a incapacidade de Pyongyang proceder às necessárias reformas durante a década de 1990. Inserida numa estrutura de poder desfavorável após o final da Guerra Fria, Pyongyang não foi capaz de adaptar-se satisfatoriamente e diminuir a incompatibilidade agente-estrutura. O resultado foi a necessidade de desenvolver armas nucleares como garantia de sobrevivência quando essa incompatibilidade se tornou inultrapassável, i.e., quando a política de Clinton se revelou inadequada para lidar com um Estado que permanecia diametralmente oposto à ordem internacional que os EUA procuravam promover. Finalmente, note-se que caso Pyongyang opte pela referida reforma, esta deverá ser gradual e lenta, cuidadosamente gerida com os militares e o Partido dos Trabalhadores Coreanos. Aparentemente, ainda que continue a enfrentar dificuldades⁷³, não está próximo o fim deste regime.

CONCLUSÃO

Em suma, conclui-se que a anarquia e a distribuição de poder condicionaram a Coreia do Norte a procurar garantir a sua segurança e sobrevivência através de armas nucleares⁷⁴, obtendo um elemento de *deterrence* militar e de chantagem política e económica. O fim da Guerra Fria e a preponderância dos EUA no Nordeste Asiático revelaram-se determinantes perigosos para Pyongyang que, apesar da política de *engagement* de Bill Clinton, não foi capaz de transformar satisfatoriamente o seu regime e integrar-se na ordem internacional vigente. Condenou-se assim à posição de um inseguro pequeno Estado incompatibilizado com a estrutura sistémica de poder e necessitado de armas nucleares para garantir a sua segurança após a ruptura com a administração de George W. Bush. Conclui-se ainda que o desarmamento da Coreia do Norte através de um conflito armado não é uma opção viável e que este processo deverá continuar a desenrolar-se no âmbito de negociações internacionais, se bem que com hipóteses de sucesso reduzidas. Com efeito, se no âmbito do contexto descrito ocorressem grandes progressos na implementação da *Joint Statement* de 19 de Setembro de 2005 – como a decisão de os norte-coreanos iniciarem o desmantelamento efectivo do seu arsenal nuclear – isso significaria uma de duas coisas: uma jogada temporária que permitisse aos norte-coreanos obter algum benefício; ou uma situação não sustentável em que a Coreia do Norte voltaria atrás no prometido por se sentir insegura face à estrutura sistémica de poder. Por outro lado, é improvável que Pyongyang cometa um erro estratégico que poria em perigo a própria existência do regime por perder o seu maior trunfo negocial. As estruturas do sistema internacional condicionam o comportamento dos estados, o que não significa que o determinem invariavelmente. A Coreia do Norte pode tomar decisões que não tenham

em suficiente consideração a estrutura de poder, como revelou parcialmente a sua ineficaz evolução política durante a década de 1990, mas geralmente os estados que tomam essas decisões saem prejudicados. Mantendo-se a presente incompatibilização agente-estrutura, se Kim Jong-Il decidir abdicar definitivamente das armas nucleares não só porá a sua liderança em perigo⁷⁵ como colocará em risco a sobrevivência do actual regime norte-coreano. Logo, é de supor que não tome essa decisão. A realidade é que face à presente estrutura de poder e à estratégia da Administração Bush, a Coreia do Norte só obterá as necessárias garantias de segurança caso adopte reformas políticas profundas, o que não deverá acontecer brevemente, sob pena de o próprio regime implodir devido a reformas pouco cautelosas. Portanto, se as variáveis expostas permanecerem basicamente inalteradas – a preponderância dos EUA na estrutura de poder e um regime norte-coreano antagónico em relação à potência preponderante no sistema anárquico – a Coreia do Norte não deverá abdicar definitivamente das armas nucleares. Este parece ser o cenário dos próximos tempos. **RI**

SEUL | ABRIL DE 2006

NOTAS

* O autor agradece ao Embaixador Yong Kyu Park (Universidade de Sogang, Coreia do Sul) pelo incentivo académico à elaboração deste artigo; e ao Prof. Dr. John J. Mearsheimer (Universidade de Chicago, EUA) pelo atencioso incentivo pessoal.

1 Discurso de Choe Su Hon, chefe da delegação norte-coreana, proferido no Debate Geral da 59.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 27 de Setembro de 2004 [consultado em 4 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.un.org/webcast/ga/59/statements/dprkeng040927.pdf>, p. 3.

2 Ver Special Report, «We have nuclear weapons to defend from US». In *Guardian Unlimited*, 10 de Fevereiro de 2005 [consultado em 31 de Dezembro de 2005]. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/korea/article/0,2763,1410047,00.html>.

3 Choe Su Hon, discurso cit. nota 1.

4 Texto disponível em <http://disarmament.un.org/wmd/npt/npttext.html> [consultado em 13 de Março de 2006].

5 O necessário aprofundamento teórico (ou alternativa científica) do neo-realismo – meramente uma teoria sistémica e estatocêntrica – tarda em brotar dos vários campos teóricos identificáveis em Relações Internacionais. Ao nível das teorias racionalistas, nem os diferentes modelos emergentes do neoliberalismo ou do neomarxismo ofereceram ainda um quadro analítico alternativo, já que as relações internacionais continuam a ser marcadas pela relação «hobbesiana» entre os estados e o paradigma da segurança, parcialmente camuflados por rela-

ções de dependência ou interdependência económica; regimes e instituições internacionais; comunidades epistemológicas e crença na capacidade de aprendizagem humana; e entendimentos político-ideológicos «neokantianos» de paz democrática ou «interesses colectivos» que apenas reflectem conveniências actuais dos estados e são baseados na distribuição sistémica de poder. Por outro lado, o construtivismo ainda procura concretizar um modelo teórico que aprofunde as suas assumpções basilares e de facto identifique mudanças ou indícios objectivos de mudanças nos processos internacionais que comprovem que da anarquia não deriva automática e deterministicamente um processo de auto-ajuda e que uma nova interacção pode ser construída através de uma mudança na realista retórica oficial dos estados. Por último, dos teóricos reflectivistas não emergiu um modelo de análise credível, não obstante os inegáveis e importantes contributos de teorias como a crítica, a sociologia histórica, o feminismo ou o pós-modernismo. Para uma introdução às teorias de Relações Internacionais cf. VIOTTI, Paul R., e KAUPPI, Mark V. – *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*, 3.ª edição. Boston: Allyn & Bacon, 1999; e DOUGHERTY, James E., e PFALTZGRAFF JR., Robert L. – *Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey*, 5.ª edição. Nova York: Longman, 2000.

6 A anarquia define-se como ausência de uma autoridade global com o monopólio legítimo da violência que conduza a uma hierarquização da ordem internacional semelhante à esfera política interna de um Estado; e o poder é aqui redutora e simples-

mente entendido como a capacidade militar dos estados – ainda que sustentado por um poder latente económico – e não como capacidade de coagir, influenciar ou atrair outros.

7 Sobre o realismo ofensivo vide MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001, pp. 23-89.

8 Não cabendo aqui avaliar o [de]mérito da «dinastia» Kim ou do regime totalitário que mantém a Coreia do Norte enclausurada. Sobre as percepções analíticas acerca do regime de Pyongyang vide SMITH, Hazel – «Bad, mad, sad or rational actor? Why the “securitization” paradigm makes for poor policy analysis of North Korea». In *International Affairs*, vol. 76, n.º 3, 2000, pp. 597-604 e 614.

9 Fazendo uma aplicação contrária deste argumento, pode constatar-se que uma democracia agiria de forma funcionalmente idêntica à Coreia do Norte em similares condições sistémicas.

10 Sobre a hierarquia política norte-coreana e o seu processo decisório de política externa, cf. LIM, Jae-Hyung – «The power hierarchy: North Korean foreign policy-making process». In *East Asian Review*, vol. 14, n.º 2, Verão de 2002, pp. 89-106; PARK, Han S. – «North Korean perceptions of Self and others: implications for policy choices». In *Pacific Affairs*, vol. 73, n.º 4, Inverno de 2000-2001, pp. 503-516; e MANSOUROV, Alexandre Y. – «North Korean decision-making processes regarding the nuclear issue at early stages of the nuclear

game». In *Peace and Security in Northeast Asia: The Nuclear Issue and the Korean Peninsula*. KIH, Young Wahn e HAYES, Peter (eds.). Nova York: M. E. Sharpe, 1997, pp. 220-239.

11 Parte da retórica oficial de Pyongyang encontra-se exposta no site do Governo norte-coreano [consultado em 13 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.korea-dpr.com/>.

12 De acordo com John Mearsheimer, o sistema bipolar é menos propício a conflitos do que o sistema multipolar equilibrado e, principalmente, do que o sistema multipolar desequilibrado (existência de uma unidade potencialmente hegemônica). MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*, p. 338.

13 Vide KIM, Taewoo, e CHUN, Woong – «The nuclear issue of the Korean Peninsula». In *Dealing with the North Korean Nuclear Problem*. KIM, Taewoo e HARRISON, Selig S. (eds.). Seul: Hanul Publishing Co., 1995, p. 10.

14 Sobre Yongbyon veja-se ALBRIGHT, David, e HINDERSTEIN, Corey – «An overhead tour: the Yongbyon nuclear site». In *Solving the North Korean Nuclear Puzzle*. ALBRIGHT, David, e O'NEILL, Kevin (eds.). Washington: ISIS, 2000, pp. 57-82.

15 A União Soviética estabeleceu relações diplomáticas com a Coreia do Sul em 1990 e a China fê-lo em 1992.

16 Para uma introdução às políticas da Coreia do Norte e Coreia do Sul face aos EUA durante a década de 1990 cf. KIM, Gahb-Chol – «North Korean policy towards the US and South Korea in the 1990s». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 1, Primavera de 1999 [consultado em 12 de Janeiro de 2006]. Disponível em http://www.ieas.or.kr/vol11_1/kingahbchol.htm.; e PAIK, Jiu-Hyun – «South Korea's response to US-North Korean relations». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 1, Primavera de 1999 [consultado em 17 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_1/paikjinyun.htm.

17 Tendo em conta o conceito material de poder aqui utilizado, a hegemonia global (ou unipolaridade) não foi alcançada pelos norte-americanos pelo facto de a Rússia e, em menor escala, a China, poderem contrabalançar militarmente uma ofensiva dos EUA.

18 Para duas abordagens de equilíbrio de poder no Nordeste Asiático cf. MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*, pp. 373-402; e KERR, David – «The Sino-Russian partnership and US policy toward North Korea: from hegemony to concert in Northeast Asia». In *International Studies Quarterly*, vol. 49, n.º 3, 2005, pp. 411-437.

19 Os EUA têm um papel na região similar ao da Grã-Bretanha relativamente à Europa continental – principalmente entre 1815 e 1914 – no sentido em que esta, sem capacidade para pretensões territoriais sobre o continente, procurou manter o equilíbrio de poder europeu e impedir o surgimento de uma potência continental hegemônica.

20 Sobre a economia norte-coreana consultar NOLAND, Marcus – *Avoiding the Apocalypse: The Future of the Two Koreas*. Washington: IIE, 2000, pp. 59-141.

21 PAIK, Hak-Soon – «Continuity or change? The new US policy toward North Korea». In *East Asian Review*, vol. 13, n.º 2, Verão de 2001, p. 24.

22 Sobre os objectivos políticos da Coreia do Norte cf. JEON, Kyongmann – «Security policy and strategy of North and South Korea». In *The Search for Peace and Security in Northeast Asia: Toward the 21st Century*. KWAK, Tae-Hwan [ed.]. Seul: Kyungnam University Press, 1997, pp. 17-44; OH, Kongdan – «Security Strategies of South and North Korea: Through the Looking Glass». In *ibidem*, pp. 45-59.

23 Vide GURTOV, Mel – «South Korea's foreign policy and future security: implications of the nuclear standoff». In *Pacific Affairs*, vol. 69, n.º 1, Primavera de 1996, p. 9.

24 Texto disponível em <http://www.isop.ucla.edu/eas/documents/korea-agreement.htm> [consultado em 10 de Janeiro de 2006].

25 Texto disponível em <http://www.unikorea.go.kr/index.jsp> [consultado em 10 de Janeiro de 2006].

26 Sobre o Exército norte-coreano consultar KANG, David C. – «International Relations theory and the Second Korean War». In *International Studies Quarterly*, vol. 47, n.º 3, 2003, p. 309.

27 Vide YUN, Duk-Min – «US-North Korea relations in the 1990s: US foreign policy toward North Korea». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 1, Primavera de 1999 [consultado em 24 de Fevereiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_1/yundukmin.htm.

28 Texto disponível em <http://www.kedo.org/pdfs/AgreedFramework.pdf> [consultado em 2 de Dezembro de 2005].

29 Vide KIM, Do-Tae – «US-North Korea nuclear talks: Pyongyang's changing attitude and US choice». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 1, Primavera de 2004, pp. 6-7.

30 Sobre as sanções norte-americanas ver o relatório norte-americano «North Korea: Economic Sanctions», Congressional Research Service, 24 de Janeiro de 2004, p. 1 [consultado em 3 de Março de 2006]. Disponível em: www.fas.org/man/crs/RL31696.pdf.

31 SIGAL, Leon V. – *Disarming Strangers: Nuclear Diplomacy with North Korea*. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 229.

32 Conceito utilizado para caracterizar estados que ameaçam a paz internacional, normalmente um regime autoritário que patrocina o terrorismo internacional e contribui para a proliferação de ADM.

33 Vide PARK, Kyung-Ae – «North Korea defensive power and US-North Korea relations». In *Korean Security Dynamics in Transition*. PARK, Kyung-Ae, e KIM, Dalchoong. Nova York: Palgrave, 2001, p. 83.

34 Sobre o programa de mísseis norte-coreano cf. YUN, Duk-Min – «North Korea long-range missiles: development, deployment and proliferation». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 3, Outono de 2004, pp. 17-40.

35 PARK, Kyung-Ae – «North Korea defensive power and US-North Korea relations», p. 92; e *Special Report on North Korean Ballistic Missile Capabilities*, Center for Nonproliferation Studies – Monterey Institute of International Studies, 22 de Março de 2006 [consultado em 27 de Março de 2006]. Disponível em: <http://cns.mii.edu/pubs/week/pdf/060321.pdf>.

36 O teste do *Taepodong* em Agosto de 1998 alertou ainda mais os japoneses para a ameaça norte-coreana, pondo em evidência as carências da sua consagrada postura militar defensiva na contenção da Coreia do Norte. Cf. KAMIYA, Matakane – «Taepodong: sputnik for the Japanese». In *The Perry Report, the Missile Quagmire, and the North Korean Question: The Quest for New Alternatives*. MOON Chung-in, OKOGONI, Masao e REISS, Mitchell B. (eds.). Seul: Yonsei University Press, 2000, pp. 51-57; e LEE, Won-Deong – «Security or engagement? The Japanese North Korea policy». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 2, Verão de 1999 [consultado em 23 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_2/leewondeog.htm.

37 Vide SONG, Moon-Hong – «After the Perry Report: The Korean Peninsula game enters the second round». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 4, Inverno de 2004 [consultado em 5 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_4/songmoonhong.htm.

38 Vide CHOI, Ju-Hwal – «An inside perspective: North Korea's unalterable stance». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 4, Inverno de 1999 [consultado em 15 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_4/choijuhwal.htm.

39 Sobre o *engagement* sul-coreano consultar KIM, Hyung-Ki – «A consistent engagement policy toward the Hermit Kingdom». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 2, Verão de 1999 [consultado em 20 de Fevereiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_2/kihyungki.htm.

40 Vide FLAKE, L. Gordon – «North Korea's security strategies and initiatives toward South Korea», pp. 54-55.

41 TRIPLETT II, William C. – *Rogue State: How a Nuclear North Korea Threatens America*. Washington: Regnery Publishing, 2004, p. 195.

42 KANG, David C. – «International relations theory and the Second Korean War», p. 321.

43 Sobre as diferenças entre as estratégias de Clinton e Bush cf. PARK, Jong-Chul – «Continuity or retrogression? Dynamic relations among the US and the two Koreas». In *East Asian Review*, vol. 14, n.º 1, Primavera de 2002, pp. 22-26; e OH, Il-Whan – «Exercising American internationalism: US-North Korea relations during the Bush Administra-

tion». In *East Asian Review*, vol. 14, n.º 3, Outono de 2002, pp. 3-20.

44 KIM, Changsu – «The new US North Korean policy: a comprehensive approach to Pyongyang's military capabilities». In *East Asian Review*, vol. 13, n.º 3, Outono de 2001, p. 46.

45 Texto disponível em <http://www.northkoreanrefugees.com/hr4011.pdf>. [consultado em 23 de Março de 2006].

46 Discurso do Estado da União, 29 de Janeiro de 2002 [consultado em 2 de Dezembro de 2005]. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>.

47 Estratégia de Segurança Nacional, 17 de Setembro de 2002, p. 14 [consultado em 13 de Dezembro de 2005]. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2002/nss.pdf>.

48 O programa de enriquecimento de urânio da Coreia do Norte não surpreendeu os EUA, que já tinham conhecimento de algumas das actividades dos norte-coreanos. Cf. YOO, Ho-Yeol – «Turning back the clock: North Korea's nuclear program». In *East Asian Review*, vol. 15, n.º 2, Verão de 2003, p. 109.

49 Para uma perspectiva sobre a influência das ameaças nucleares norte-americanas no comportamento de Pyongyang vide BLEIKNER, Roland – «A rogue is a rogue is a rogue: US Foreign policy and the North Korean nuclear crisis». In *International Affairs*, vol. 79, n.º 4, 2003, pp. 719-737.

50 A capacidade de dissuasão da Coreia do Norte, mesmo não nuclear, era superior à do Iraque em 2003, daí a dualidade formal de critérios perante dois *rogue states* que procuravam produzir armas nucleares, sendo que Pyongyang até admitiu publicamente ter ambições nucleares. Para uma interessante análise linguístico-construtivista veja-se HOWARD, Peter – «Why not invade North Korea? Threats, language games, and US foreign policy». In *International Studies Quarterly*, vol. 48, n.º 4, 2004, pp. 805-828.

51 Sobre a nova postura norte-americana vide relatório norte-americano «North Korea's nuclear weapons program», Congressional Research Service, 17 de Março de 2003, pp. 3-4 [consultado em 13 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB87/nk24.pdf>.

52 Cf. KIM, Chae-Han – «Bilateral alliances versus international organizations in Northeast Asia». In KWAK (ed.), pp. 61-82.

53 Sobre a capacidade nuclear norte-coreana cf. *Special Report on the North Korean Nuclear Weapons Statement*, Center for Nonproliferation Studies – Monterey Institute of International Studies, 11 de Fevereiro de 2005 [consultado em 5 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://cns.miis.edu/pubs/week/050211.htm>.; e *North Korea Nuclear Weapons Program*, Federation of American Scientists [consultado em 27 de Março de 2006]. Disponível em:

<http://www.fas.org/nuke/guide/dprk/nuke/index.html>.

54 Consultar texto da declaração em Acronym Institute, <http://www.acronym.org.uk/docs/0509/doc04.htm>. [accedido a 3 de Março de 2006].

55 Por exemplo, sobre a falsificação de dólares norte-americanos ver FAIRCLOUGH, Gordon – «North Korea might be exporting fake \$100 bills». In *Washington Post*, 24 de Março de 2006 [consultado em 25 de Março de 2006] Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/03/23/AR2006032301534.html>.

56 BBC World News, «North Korea forum ends in deadlock» [accedido em 19 de Abril de 2006]. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/4901974.stm>.

57 Para uma introdução a este debate consultar SAGAN, Scott D., e WALTZ, Kenneth N. – *The Spread of Nuclear Arms: A Debate Renewed*, 2.ª edição. Nova York: W. W. Norton & Company, 2002.

58 Sobre a militarização e proliferação no Nordeste Asiático ver JONES, Scott – «Current and future challenges for Asian nonproliferation export controls». In *East Asian Review*, vol. 15, n.º 2, Verão de 2003, pp. 9-14.

59 No âmbito da proliferação nuclear, a não rentabilidade de uma maximização irracional de poder é comprovada pela existência de estados como a Alemanha, o Japão ou a Coreia do Sul que, apesar de possuírem tecnologia para desenvolverem armas nucleares, não encontram actualmente vantagens suficientes em fazê-lo. Neste momento a estrutura de poder é-lhes favorável – estando protegidos militarmente pelos EUA – e caso optassem por desenvolver armamento nuclear neste contexto teriam de lidar com custos (peso orçamental, aprofundamento do dilema de segurança, corrida armamentista regional, a oposição dos EUA, pressão internacional e interna) superiores aos benefícios que retirariam da obtenção de uma *deterrence* nuclear própria que actualmente seria redundante.

60 Vide HONG, Soon-Jick – «North Korean nuclear crisis: prospects and policy directions». In *East Asian Review*, vol. 15, n.º 3, Outono de 2003, p. 30.

61 Sobre o programa nuclear sul-africano consulte-se *South Africa Nuclear Weapons Program*, Federation of American Scientists [consultado em 12 de Fevereiro de 2006]. Disponível em: <http://www.fas.org/nuke/guide/rsa/nuke/>. Sobre a Líbia cf. LEE, Sang-Hyun – «Bush's second-term Korea policy: prospects and options for South Korea». In *East Asia Review*, vol. 16, n.º 4, Inverno de 2004, p. 15; e CAPRIO, Mark – «Nuclear dominoes: will North Korea follow Libya's lead?». In *Foreign Policy in Focus*, Abril de 2004 [consultado em 20 de Março de 2006]. Disponível em: <http://www.fpif.org/papers/2004nuke.html>.

62 Estratégia de Segurança Nacional, 16 de Março de 2006 [consultado em 23 de Março de 2006]. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf>.

63 Cf. NOLAND, Marcus – *Avoiding the Apocalypse: The Future of the Two Koreas*, pp. 90-91; ELLIOTT, Kimberly Ann – «Will economic sanctions work against North Korea?». In KIHLE e HAYES, *ob. cit.*, pp. 100-102; e KIM, Tae-Kyung – «China's 'abandonment' of NK a US neo-con fantasy». Nautilus Institute, 2 de Fevereiro de 2006 [Consultado em 10 de Março de 2006] Disponível em: <http://www.nautilus.org/fora/security/0609Kim.html>.

64 Vide CHANG, Kong-Ja – «In the national interest: Chinese policy toward the two Koreas». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 2, Verão de 1999 [Consultado em 20 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_2/changkongja.htm.

65 Sobre as relações entre a Coreia, a China e os EUA, vide HAN, Sung-Joo – «The emerging triangle: Korea between China and the United States». In *East Asian Review*, vol. 12, n.º 1, Primavera de 2000 [consultado em 1 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol12_1/hansungjoo.htm.

66 Vide KO, Jae-Nam – «The Russia-North Korea summit and beyond: the role of Russia on the Korean Peninsula». In *East Asian Review*, vol. 12, n.º 3, Outono de 2000. [consultado em 12 de Dezembro de 2005]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol12_3/kojaenam.htm.

67 Apesar de o programa nuclear ter prejudicado as relações intercoreanas, Seul mantém-se um importante actor diplomático na resolução desta questão. Vide KIM, Keun-Sik – «The North Korean nuclear crisis and Inter-Korean relations». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 1, Primavera de 2004, pp. 21-36; e sobre o papel da Coreia do Sul na resolução de crises na península entre 1968 e 1999 vide YOON, Tae-Young – «Between peace and war: South Korea's crisis management strategies towards North Korea». In *East Asian Review*, vol. 15, n.º 3, Outono de 2003, pp. 3-22.

68 Sang-Hyun Lee, *op. cit.*, p. 14.

69 Vide NEWNHAM, Randall E. – «Nukes for sale cheap? Purchasing peace with North Korea». In *International Studies Perspectives*, vol. 5, n.º 2, 2005, pp. 164-178. Para uma visão interessante sobre a solução do problema nuclear norte-coreano vide O'HANLON, Michael E., e MOCHIZUKI, Mike – «Toward a Grand Bargain with North Korea». *The Washington Quarterly*, vol. 26, n.º 4, Outono de 2003, pp. 7-18.

70 Para uma introdução à reforma do regime norte-coreano consulte-se KIM, Pan Suk – «Prospects for change of the North Korean regime». In KWAK, *ob. cit.*, pp. 137-170; MOON, Chung-in, e KIM, Yongho – «The future of the North Korean system». In *The North Korean System in the Post-Cold War Era*. KIM, Samuel S. (ed.). Nova York: Palgrave, 2001, pp. 221-258; e EBERSTADT, Nicholas – «The persistence of North Korea». In *Policy Review*, n.º 127, Outubro-Novembro de 2004 [consultado em 31 de Dezembro de 2005]. Disponível em: <http://www.policyreview.org/oct04/eberstadt.html>.

71 Vide PARK, Sun-Song – «Reform or military buildup? North Korea's economic policy, 1994-2004». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 2, Verão de 2004, pp. 3-22.

72 ROWEN, Henry S. – «Kim Jong Il must go». In *Policy Review*, n.º 121, Outubro-Dezembro de 2003 [consultado em 14 de Dezembro de 2005]. Disponível em: <http://www.policyreview.org/oct03/rowen.html>.

73 Vide SNYDER, Scott – «North Korea's challenge of regime survival: internal pro-

blems and implications for the future». In *Pacific Affairs* 73, n.º 4, Inverno de 2000-2001, pp. 517-534.

74 Contrariando teses optimistas como a de Muthiah Alagappa: «[e]ven Taiwan and North Korea, whose survival is problematic, do not function in a context of constant danger and fear as posited by the proponents of a dangerous Asia thesis.» ALAGAPPA, Muthiah – «Managing Asian security». In *Asian Security Order: Instrumental and Normative Features*. ALAGAPPA, Muthiah (ed.). Stanford: Stanford

University Press, 2003, p. 577.

75 Tal decisão poderia ainda conduzir a um golpe militar que o derrubasse, conhecendo um final mais feliz do que as duas anteriores tentativas fracassadas de retirar os Kim do poder, em 1990/1991 e 1995. Vide SANO, Yoel – «Military holds the key». *Asia Times*. 18 de Fevereiro de 2005 [consultado em 25 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Korea/GB18Dg02.html>.

BIBLIOGRAFIA

ALAGAPPA, Muthiah – *Asian Security Order: Instrumental and Normative Features*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

ALBRIGHT, David, e O'NEILL, Kevin (eds.) – *Solving the North Korean Nuclear Puzzle*. Washington, DC: Institute for Science and International Security, 2000.

BLEIKER, Roland – «A rogue is a rogue is a rogue: US foreign policy and the North Korean nuclear crisis». In *International Affairs*, vol. 79, n.º 4, 2003, pp. 719-737.

CAPRIO, Mark – «Nuclear dominoes: will North Korea follow Libya's lead?». In *Foreign Policy in Focus*, Abril de 2004 [consultado em 20 de Março de 2006]. Disponível em: <http://www.fpiif.org/papers/2004nuke.html>.

CHANG, Kong-Ja – «In the national interest: Chinese policy toward the two Koreas». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 2, Verão de 1999 [consultado em 20 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_2/changkongja.htm.

CHOI, Ju-Hwal – «An inside perspective: North Korea's unalterable stance». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 4, Inverno de 1999 [consultado em 15 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_4/choijuhwal.htm.

DOUGHERTY, James E., e PFALTZGRAFF JR., Robert L. – *Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey*, 5.ª edição. Nova York: Longman, 2000.

EBERSTADT, Nicholas – «The persistence of North Korea». In *Policy Review*, vol. 127, Outubro-Novembro de 2004 [consultado em 31 de Dezembro de 2005]. Disponível em: <http://www.policyreview.org/oct04/ebersadt.html>.

FAIRCLOUGH, Gordon – «North Korea might be exporting fake \$100 bills». *Washington Post*, 24 de Março de 2006 [consultado em 25 de Março de 2006]. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/03/23/AR2006032301534.html>.

GURTOV, Mel – «South Korea's foreign policy and future security: implications of the nuclear standoff». In *Pacific Affairs*, vol. 69, n.º 1, Primavera de 1996, pp. 8-31.

HAHN, Bae Ho, e LEE, Chae-Jin (eds.) – *The Korean Peninsula and the Major Powers*. Pundang: Sejong Institute, 1998.

HAN, Sung-Joo – «The emerging triangle: Korea between China and the United States». In *East Asian Review*, vol. 12, n.º 1, Primavera de 2000 [consultado em 1 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol12_1/hansungjoo.htm.

HONG, Soon-Jick – «North Korean nuclear crisis: prospects and policy directions». *East Asian Review*, vol. 15, n.º 3, Outono de 2003, pp. 23-38.

HOWARD, Peter – «Why not invade North Korea? Threats, language games, and US foreign policy». *International Studies Quarterly*, vol. 48, n.º 4, 2004, pp. 805-828.

JONES, Scott – «Current and future challenges for Asian nonproliferation export controls». In *East Asian Review*, vol. 15, n.º 2, Verão de 2003, pp. 3-26.

JOO, Seung-Ho – «Russian policy on Korean unification in the post-Cold War era». In *Pacific Affairs*, vol. 69, n.º 1, Primavera de 1996, pp. 32-48.

KANG, David C. – «International relations theory and the Second Korean War». In *International Studies Quarterly*, vol. 47, n.º 3, 2003, pp. 301-324.

KERR, David – «The Sino-Russian partnership and US policy toward North Korea: from hegemony to concert in Northeast Asia». In *International Studies Quarterly*, vol. 49, n.º 3, 2005, pp. 411-437.

KIHL, Young Whan (ed.) – *Korea and the World: Beyond the Cold War*. Boulder: Westview Press, 1994.

KIHL, Young Wahn, e HAYES, Peter (eds.) – *Peace and Security in Northeast Asia: The*

Nuclear Issue and the Korean Peninsula. Nova York: M. E. Sharpe, 1997.

KIM, Changsu – «The New US North Korean policy: a comprehensive approach to Pyongyang's military capabilities». In *East Asian Review*, vol. 13, n.º 3, Outono de 2001, pp. 41-58.

KIM, Do-Tae – «US-North Korea nuclear talks: Pyongyang's changing attitude and US choice». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 1, Primavera de 2004, pp. 3-20.

KIM, Gahb-Chol – «North Korean policy towards the US and South Korea in the 1990s». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 1, Primavera de 1999 [consultado em 12 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_1/kimgahbchol.htm.

KIM, Hak-Sung – «EU involvement in the Korean questions: background and implications». In *East Asian Review*, vol. 13, n.º 2, Verão de 2001, pp. 39-56.

KIM, Hyung-Ki – «A consistent engagement policy toward the Hermit Kingdom». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 2, Verão de 1999 [consultado em 20 de Fevereiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_2/kimhyungki.htm.

KIM, Keun-Sik – «The North Korean nuclear crisis and inter-Korean relations». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 1, Primavera de 2004, pp. 21-36.

KIM, Samuel S. (ed.) – *The North Korean System in the Post-Cold War Era*. Nova York: Palgrave, 2001.

KIM, Tae-Kyung – «China's "abandonment" of NK a U.S. neo-con fantasy». Nautilus Institute. 2 de Fevereiro de 2006 [consultado em 10 de Março de 2006]. Disponível em: <http://www.nautilus.org/fora/security/0609Kim.html>.

KIM, Taewoo, e HARRISON, Selig S. (eds.) – *Dealing with the North Korean Nuclear Problem*. Seul: Hanul Publishing Co., 1995.

- KIM, Yong-Ho – «Warrior or shopkeeper? North Korea negotiating behaviour toward South Korea and the US». In *East Asia Review*, vol. 14, n.º 2, Verão de 2002, pp. 61-88.
- KO, Jae-Nam – «The Russia-North Korea Summit and beyond: the role of Russia on the Korean Peninsula». In *East Asian Review*, vol. 12, n.º 3, Outono de 2000 [consultado em 12 de Dezembro de 2005]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol12_3/kojaenam.htm.
- KWAK, Tae-Hwan (ed.) – *The Search for Peace and Security in Northeast Asia Toward the 21st Century*. Seul: Kyungnam University Press, 1997.
- LEE, Sang-Hyun – «Bush's second-term Korea policy: prospects and options for South Korea». In *East Asia Review*, vol. 16, n.º 4, Inverno de 2004, pp. 3-18.
- LEE, Won-Deong – «Security or engagement? The Japanese North Korea policy». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 2, Verão de 1999 [consultado em 23 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_2/leewondeog.htm.
- LIM, Jae-Hyung – «The power hierarchy: North Korean foreign policy-making process». In *East Asian Review*, vol. 14, n.º 2, Verão de 2002, pp. 89-106.
- MACK, Andrew (ed.) – *Asian Flashpoint: Security and the Korean Peninsula*. St. Leonards: Allen & Unwin, 1993.
- MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.
- MOON, Chung-in, OKOGONI, Masao, e REISS, Mitchell B. (eds.) – *The Perry Report, the Missile Quagmire, and the North Korean Question: The Quest for New Alternatives*. Seul: Yonsei University Press, 2000.
- NEWNHAM, Randall E. – «Nukes for sale cheap? Purchasing peace with North Korea». In *International Studies Perspectives*, vol. 5, n.º 2, 2005, pp. 164-178.
- NOLAND, Marcus – *Avoiding the Apocalypse: The Future of the Two Koreas*. Washington: IIE, 2000.
- O'HANLON, Michael E., e MOCHIZUKI, Mike – «Toward a Grand Bargain with North Korea». In *The Washington Quarterly*, vol. 26, n.º 4, Outono de 2003, pp. 7-18.
- OH, Il-Whan – «Exercising American internationalism: US-North Korea relations during the Bush Administration». In *East Asian Review*, vol. 14, n.º 3, Outono de 2002, pp. 3-20.
- PAIK, Hak-Soon – «Continuity or change? The New US policy toward North Korea». In *East Asian Review*, vol. 13, n.º 2, Verão de 2001, pp. 23-38.
- PAIK, Jiu-Hyun – «South Korea's response to US-North Korean relations». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 1, Primavera de 1999 [consultado em 17 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_1/paikjinyun.htm.
- PARK, Han S. – «North Korean perceptions of self and others: implications for policy choices». In *Pacific Affairs*, vol. 73, n.º 4, Inverno de 2000-2001, pp. 503-516.
- PARK, Jong-Chul – «Continuity or retrogression? Dynamic relations among the US and the two Koreas». In *East Asian Review*, vol. 14, n.º 1, Primavera de 2002, pp. 21-44.
- PARK, Kyung-Ae, e KIM, Dalchoong (eds.) – *Korean Security Dynamics in Transition*. Nova York: Palgrave, 2001.
- PARK, Sun-Song – «Reform or military buildup? North Korea's economic policy, 1994-2004». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 2, Verão de 2004, pp. 3-22.
- ROWEN, Henry S. – «Kim Jong Il must go». In *Policy Review*, n.º 121, Outubro-Dezembro de 2003 [consultado em 14 de Dezembro de 2005]. Disponível em: <http://www.policyreview.org/oct03/rowen.html>.
- SAGAN, Scott D., e WALTZ, Kenneth N. – *The Spread of Nuclear Arms: A Debate Renewed*, 2.ª edição. Nova York: W. W. Norton & Company, 2002.
- SANO, Yoel – «Military holds the key». In *Asia Times*, 18 de Fevereiro de 2005 [consultado em 25 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Korea/GB18Dg02.html>.
- SIGAL, Leon V. – *Disarming Strangers: Nuclear Diplomacy with North Korea*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SMITH, Hazel – «Bad, mad, sad or rational actor? Why the "securitization" paradigm works for poor policy analysis of North Korea». In *International Affairs*, vol. 76, n.º 3, 2000, pp. 593-617.
- SNYDER, Scott – «North Korea's challenge of regime survival: internal problems and implications for the future». In *Pacific Affairs*, vol. 73, n.º 4, Inverno de 2000-2001, pp. 517-534.
- SONG, Moon-Hong – «After the Perry Report: the Korean Peninsula game enters the second round». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 4, Inverno de 2004 [consultado em: 5 de Janeiro de 2006]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_4/songmoonhong.htm.
- TRIPLETT II, William C. – *Rogue State: How a Nuclear North Korea Threatens America*. Washington: Regnery Publishing, 2004.
- VIOTTI, Paul R., e KAUPPI, Mark V. – *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*, 3.ª edição. Boston: Allyn & Bacon, 1999.
- WANG, Fei-Ling – «Joining the major powers for the status quo: China's views and policy on Korean reunification». In *Pacific Affairs*, vol. 72, n.º 2, Verão de 1999, pp. 167-185.
- YAHUDA, Michael – *The International Politics of the Asia-Pacific, 1945-1995*, 2.ª edição. Londres: Routledge, 2004.
- YOO, Ho-Yeol – «Turning back the clock: North Korea's nuclear program». In *East Asian Review*, vol. 15, n.º 2, Verão de 2003, pp. 105-119.
- YOON, Tae-Young – «Between peace and war: South Korea's crisis management strategies towards North Korea». In *East Asian Review*, vol. 15, n.º 3, Outono de 2003, pp. 3-22.
- YUN, Duk-Min – «North Korea long-range missiles: development, deployment and proliferation». In *East Asian Review*, vol. 16, n.º 3, Outono de 2004, pp. 17-40.
- YUN, Duk-Min – «US-North Korea relations in the 1990s: US foreign policy toward North Korea». In *East Asian Review*, vol. 11, n.º 1, Primavera de 1999. [Consultado em: 24 de Fevereiro]. Disponível em: http://www.ieas.or.kr/vol11_1/yundukmin.htm.